

PARTICULARIDADES DO PROCEDIMENTO SUMÁRIO

MARCUS DA CONCEIÇÃO SOUZA

*Professor Titular de Prática de Processo Civil
da Faculdade de Direito do Oeste de Minas.*

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho versa os aspectos práticos mais comuns e correntes do procedimento sumário, disciplinado nos arts. 275 e 281, do Código de Processo Civil, poucos artigos para um procedimento que experimenta a mais freqüente utilização, dados os critérios que norteiam a sua adoção, o valor de causa e a matéria.

A recente modificação da expressão *sumaríssimo*, constante de dispositivos do CPC, nada mais é do que o superlativo da expressão *sumário* pela redação do art. 3º da Lei nº 9.245, de 26-11-95.

Ao comentar sobre ação sumária, Aureliano Gusmão, *Processo Civil e Comercial*, São Paulo, 1939, cap. 17, nº LXXXIV, p. 203, o definiu como *aquele em que só se observam os atos substanciais, sendo dispensadas as demais formalidades do rito ordinário, e redução dos termos, prazos e dilações*.

Esta nomenclatura *sumário* durou até a elaboração do novo Código de Processo Civil, que adota o nome *sumaríssimo* para o

rito sumário antigo, quando o autor de Anteprojeto do Código de 1973 se justifica, explicando que, *no antigo direito luso-brasileiro*, o procedimento em ordinário, sumário sumaríssimo o executivo (Of. Neves de Castro, *Manual do Processo Civil Ordinário*, 2ª ed. nº 2, nota S. Pereira e Souza, *Primeiras linhas sobre Processo Civil*; § 7º, Correia Telles, *Doutrina das Ações*, § 15; Paulo Baptista, *Processo Civil*, § 25; Ramalho, Praxe, § 298; Gusmão, *Processo Civil e Comercial*, cap. 17). A virtude do procedimento sumaríssimo está em que ele se desenvolve *simpliciter et de plano*... O que caracteriza é a simplificação de atos, de modo que as demandas sejam processadas e decididas em curto espaço de tempo e com um mínimo de despesas... Ao modificar a nomenclatura do Processo Sumário para Sumaríssimo, o ilustre autor do Anteprojeto, não fez nada mais do que o estabelecido pelo art. 112 da CF vigente na ocasião, que no seu parágrafo único dizia: *para as causas do litígios, que a lei definirá, poderão ser instituídos processo e julgamento de rito sumaríssimo, observados os critérios de descentralização de economia e de comodidade das partes*.

Como podemos observar, o sentido do Sumário, em relação ao Sumaríssimo, não muda nada no conteúdo das condições e do rito da ação.

2. CONCEITO-FINALIDADE

Conceituar é, no nosso entender, encontrar uma explicação lógica para determinadas condições e situações vivenciadas no nosso dia-a-dia. Cada um procura, dentro dos parâmetros lógicos, determinar estes conceitos.

Optamos para, aqui, suprir o conceito de Procedimento Sumário, percorrido por João Roberto Parizatto em seu tratado *Procedimento Sumário – Doutrina – Jurisprudência, Legislação e Prática Forense, LED – Editora de Direito – de 1976*.

Diz o renomeado Jurista:

In verbis, *Procedimento advém do latim procedere, designando um método de agir para a realização de algum ato*,

exprimindo, ainda, o meio utilizado para o alcance de algum objetivo, in casu, do início ao fim, o andamento do processo, com a sequência de atos tendentes à outorga da prestação jurisdicional invocada pela parte na busca de um direito tido como violado. Sumário que dizer rápido, conciso, resumido, realizado sem formalidades, buscando-se assim atingir-se o interesse maior do Judiciário, de outorgar ao cidadão, uma justiça barata, rápida e eficaz.

3. BREVE NOTÍCIA HISTÓRICA

Recomendam os autores que se deve iniciar por uma referência, ainda que sucinta, às fontes históricas o estudo de qualquer instituto jurídico, o que nos leva à busca das origens do procedimento sumário, antes, sumaríssimo.

Já na introdução, começamos a esboçar o tratado ora em tela, fazendo um breve comentário; aqui, vamos procurar complementar, discorrendo sobre o fato desde a sua origem.

Conquanto alguns a localizem em remotos períodos do Direito Romano quando já se notava uma forte tendência à simplificação do processo (Bastone, p. 12), com distinção entre o procedimento ordinário e o sumaríssimo (Cezar Santos, p. 17), acentua o professor rio-grandense do sul, citando Fairém Guillién, *El juicio ordinario y los plenarios rápidos*, que o sumaríssimo nasceu com a bula *Clementina Saepe Contingit* do Papa Clemente V, 1.305, pois foi ela que *pela primeira vez sistematizou um conjunto de providências tendentes a simplificar e acelerar o procedimento nas causas cuja natureza reclamava julgamento mais rápido que o proporcionado pelo pesado e lento procedimento ordinário desses tempos* (Adroaldo Furtado Fabrício). Inaugurou a bula em procedimento sumário, de acentuada oralidade, e um ordinário de cunho escrito (Cezar Santos, p. 17).

Assim delineado, o procedimento sumaríssimo se firmou no modelo instituído pelo Direito Canônico e atravessou os séculos ganhando novas roupagens, sempre buscando a simplificação do ordinário, despidendo-se de formalidades supérfluas e acabou por

ser também adotado pelo direito português, nas Ordenações Manuelinas e Filipinas, onde andou de parilha com o sumário e coexistiu com o ordinário e executivo (Exp. de motivos ao CPC, Min. Alfredo Buzaid).

O Código Filipino trouxe para o Brasil as ações Sumárias e Sumaríssimas, que continuaram existindo na legislação imperial (Lei de 15 de outubro de 1927; Regulamento 737, o nosso primeiro código de processo). Sobrevindo a República, os Códigos estaduais mantiveram os ritos para aqui trazidos pela legislação real.

Por nos interessarem mais de perto, merecem registros as disposições do Código de Processo Civil de Minas Gerais, que entrou em vigor a 1º de janeiro de 1923 e cujo projeto foi obra do Min. Artur Ribeiro, por se constituírem em fonte, ainda que parcial, dos hoje em vigor.

Naquele Código, dito processo sumário estava regulado nos arts. 387 a 390. Os arts. 388 e 389 enunciavam, como faz o atual art. 275, os critérios norteadores da adoção do procedimento sumário. No primeiro, prescrevia-se que seriam sumários as ações de valor excedente a 2000\$000, excetuados aqueles que estivessem sujeitos a processo especial. No segundo, eram enumeradas as ações sumárias segundo a matéria que versassem, qualquer que fosse seu valor, ocupando nada menos de 42 incs., o último dos quais de caráter genérico. Citadas as ações que, por disposição expressa de lei, devam ter processo sumário, mostrando um campo de aplicação bem mais amplo que o atual, em que são apenas 123 as alíneas do inc. II do art. 275.

As normas procedimentais constavam penas do art. 389, o que era suficiente, pois seriam observadas as normas das ações ordinárias e de seus incidentes, com algumas modificações, todas redutoras dos prazos, salvo uma única.

Já o processo sumaríssimo (não se adotava o vocábulo *procedimento*), se aplicava às ações de valor até 200\$000, salvo dispositivo legal em contrário, e era bem minunciosamente disciplinado, nos arts. 392 a 400, sete, portanto.

O estudo comparativo do atual procedimento sumaríssimo, *hoje sumário*, com os procedimentos sumário e sumaríssimo do Código Mineiro revela-nos que há mais traços aproximativos entre o atual e o sumário do que com o sumaríssimo do Código Estadual. Esta observação reforça as ferinas críticas que ainda se fazem ao legislador de 1974, pela denominação superlativa que preferiu, sem passar pelo grau normal, pois foi do ordinário diretamente ao sumaríssimo, saltando o sumário, como seria de elementar lógica.

Na verdade, nada tem de sumaríssimo o procedimento até então vigente, pois o que temos é, no dizer de Calmon de Passos, um *procedimento sumário com o nome de sumaríssimo* (Calmon de Passos, p. 20). Maior sumariedade apresenta o procedimento cautelar do que o próprio sumaríssimo.

4. O PROCEDIMENTO SUMÁRIO NA ESTRUTURA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Não podemos aqui nos dispersar da legislação atual, uma vez que a Lei nº 9.245, de 26-11-95, passa a regulamentar a matéria.

No entanto, na aplicabilidade, ainda continuamos a trabalhar nos preceitos ditados pelo rito *sumaríssimo*, o que, entendemos, continuará, agora com nova nomenclatura a reger o processo dentro do seu contexto, portanto, temos que considerar a existência das três formas de tutela jurisdicional já existentes ainda vigorando, que o Código distribui em cinco livros, dos quais os três primeiros regulam os processos de conhecimento, de execução e o cautelar, e o quarto os procedimentos especiais.

O procedimento sumário se insere como uma espécie de procedimento comum, conforme o art. 272. Segundo tal dispositivo, o procedimento comum que se aplica a todas as causas, salvo disposição em contrário do próprio Código ou de lei Especial, se biparte em ordinário e sumário. Não há, assim, a possibilidade de uma ação se desenvolver segundo as regras dos dois procedimentos, simultaneamente. Entretanto, ainda se vêem, e com frequência, petições iniciais em que se propõe uma ação

ordinária pelo rito sumaríssimo, atual sumário, o que constitui, vê-se, grosseiro erro de terminologia processual.

4.0 – CRITÉRIOS PARA ADOÇÃO DO PROCEDIMENTO SUMÁRIO

Os critérios para adoção do procedimento sumário, são os mesmos adotados no antigo procedimento sumaríssimo, estando expressos no art. 275: o valor de causa e o da matéria.

4.1 – CRITÉRIO DO VALOR DA CAUSA

Não oferece interesse prático a discussão em torno dos inconvenientes e das injustiças que o critério econômico possa envolver, considerando elitista o pouco objetivo, dada a dificuldade em se fixar um valor-teto realmente satisfatório para as causas. (Adroaldo Furtado Fabrício, p. 75).

Com o advento da Lei nº 6.205, de 29-4-75, ficou descaracterizado o salário-mínimo, como fator de correção monetária, antes largamente utilizado como valor padrão de fixação de obrigações alimentares, aluguéis e outros.

Discute-se, a propósito, se as disposições restritivas daquela lei se estende ao critério *ratione valories* de determinação do procedimento.

Na opinião de Cezar Santos, não tendo a Lei nº 6.205 se referido expressamente ao Código de Processo Civil, as suas disposições não se aplicam para a adoção do procedimento, nem para a aplicação de sanções previstas na lei processual, não ocorrendo, assim, a utilização do valor de referência (pp. 18/19).

Já Francisco Jorge da Cunha Bastone (p. 93) e Adroaldo Furtado Fabrício são de pensamentos diferentes, sendo do segundo as seguintes palavras:

A lei objetivou descaracterizar o salário mínimo como estalão de valor, cortando uma tendência, que cada vez mais se acentuava, a colocá-lo como verdadeiro substituto da

moeda nessa função. Não há razão plausível para que se exclua de sua incidência o valor-limite de que trata o art. 271, inc. II, do CPC, (p. 77).

Assim deve ser, em verdade, a Lei nº 6.205, como lei posterior ao código, que é, aplica-se a todas as disposições desde que tenham o salário-mínimo como referência, para qualquer fim, inclusive, é claro, para a determinação do valor da causa. Se a estimação deste exceder a vinte vezes o *valor referência* estabelecido anualmente pelo Governo Federal, o procedimento não será sumário.

Entretanto, como o valor a ser considerado é o do tempo da propositura da causa, posteriores alterações no valor de referência serão irrelevantes, não alterando a competência nem o tipo de procedimento.

De qualquer forma, será sempre facilitado ao réu impugná-lo, quando o considerar erroneamente estimado pelo autor. Como a impugnação deve ser formulada ao prazo da Contestação, CPC art. 261, o momento próprio, no sumário, será o de apresentação da defesa, em audiência *o que não impede o seja antes dela, com vantagens para o desenvolvimento do processo*. O incidente não tem efeito suspensivo, como sabe, mas o juiz ver-se-á forçado a suspender a audiência, se não puder decidi-lo nela própria, após ouvir o autor, pois, se realizá-la e, depois, der pela procedência da impugnação, terá de anular aquele ato e, conseqüentemente, a sentença, se já proferida. É preferível a suspensão da audiência do que a eventual declaração de sua nulidade, inevitável para se reabrir ao réu o prazo de contestação, que é de 15 dias, no procedimento ordinário, eventual reconvenção, prolação do saneador, etc.

Excluem-se do procedimento sumário as causas relativas a estado e capacidade das pessoas, conforme o parágrafo único do art. 275, mesmo porque tais causas são de categoria dos chamados *inestimáveis*, já que o seu objeto não pode ser avaliado monetariamente.

O preceito do art. 258, de que a toda causa deve ser atribuída um valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico

imediatamente, deve ser entendido com cautela e reserva, porque aquelas ações visam ao objeto invaliável em dinheiro. Ainda que o autor lhes atribua um valor qualquer, será arbitrário e não poderia mesmo influir na adoção do procedimento. Assim, o procedimento para tais ações será ordinário, salvo se a lei prescrever algum especial.

Aliás, se for previsto um rito especial para determinada ação, preferirá ao sumário, qualquer que seja o valor a ela atribuído pelo autor, porque à lei mais adequada e conveniente pareceu o especial, sob o prisma da distribuição da justiça, aplicando-se o princípio da indisponibilidade ou da infungibilidade dos procedimentos.

O mesmo acontece com a ação de execução, que não pode ser proposta pelo rito sumário, o que se evidencia palpável, mas não para determinado advogado que propôs uma executiva, pediu a citação e a penhora e que, em seguida, a ação prosseguisse pelo rito sumaríssimo (sumário) porque era de valor inferior a vinte salários-mínimos!...

4.2 O CRITÉRIO RATIONE MATERIAE

A adequação do rito sumaríssimo ao sumário, como já vimos, não trouxe consequências processuais, vez que, até que se modifique alguma coisa, prevalecerá, como sumários, todos os critérios inerentes ao antigo sumaríssimo, pois, como vimos linhas atrás, é flagrantemente reduzido o elenco das ações que devem obedecer ao sumário, independente do seu valor, atendendo-se ao critério da natureza da pretensão deduzida em juízo.

A alteração da nomenclatura não alterou o número de ações sujeitas ao procedimento, ou seja, um limite de doze, no entanto, esse limitado campo de aplicação se amplia em decorrência de disposições expressas de outras leis, que ainda vigoram. Assim, atenderão ao procedimento sumário (ex-sumaríssimo) também estas ações:

- a) de adjudicação compulsória, quando se tratar de imóvel loteado, sujeito ao regime do Decreto-Lei nº 58, de 10-

-12-37, de acordo com a Lei nº 6.014, de 27-12-73, art. 1º.

O compromissário, com contrato inscrito e comprovação da quitação do preço pode exigir do promitente vendedor a escritura definitiva. Em caso de recusa, valendo-se dessa ação, a faculdade de recebê-la será suprida pela sentença judicial, por meio da qual o juiz lhe adjudicará o imóvel, em espécie. Com todos os seus pertences, servindo-lhe a sentença do título para a transcrição no Registro Imobiliário.

É um processo daqueles estranhamente mantidos em vigor, segundo o art. 1.218, do Código, porém a Lei nº 6.014, que adaptou diversas leis ao Código de Processo, lhe atribuiu o procedimento sumaríssimo, hoje sumário, através de alteração do art. 16, do Decreto nº 58.

- b) as ações de indenização para danos pessoais causados por veículos cobertos pelo seguro obrigatório, nos termos do art. 10, da Lei nº 6.014, de 19-12-74.

Trata-se de uma disposição supérflua. Porque os danos sofridos em acidentes de veículos já contavam comum instrumento processual adequado, o mesmo procedimento, prescrito no art. 275, nº II, alínea e, do Código de Processo Civil.

Referindo-se à *reparação de dano causado em acidente de veículo*, a alínea mencionada inclui tanto danos materiais como pessoais, já que este não exclui expressamente.

Assim tem entendido e decidido, fazendo-se remissão ao art. 4º, do Decreto-Lei nº 814/69 onde se prevê o pagamento de indenização por danos pessoais.

Ao que parece, o legislador quis afastar de vez as especulações que as seguradoras costumavam opor, para se juntarem à reparação dos danos pessoais, genericamente abrangidos na redação da mencionada alínea *e*.

- c) Ações de acidentes de trabalho.

A Lei nº 6.367, de 19-10-76, em vigor desde 1-11-77, estabeleceu, no seu art. 19, inc. II, para as ações por ela disciplinadas, o procedimento sumaríssimo, hoje sumário, estendendo, assim, ainda mais, o campo de aplicação desse rito processual. Aliás, tais ações sempre obedeceram a procedimento especial, atendendo à necessidade de uma pronta atuação jurisdicional, quando se tratar de acidente do trabalho.

Entretanto, a desejada celeridade nem sempre é alcançada, porque não se dispensa, na maioria dos casos, a perícia médica no acidentado, diligência cuja realização só pode ser determinada já na audiência, após a defesa do réu e a tentativa de conciliação.

4.3 – O RITO SUMARÍSSIMO NO REGISTRO CIVIL

Há de se fazer uma observação a respeito do teor do § 4º do art. 110, inserto no cap. XIV – todas retificações, restaurações e suprimientos - da Lei nº. 6.015, de 31-12-73, que regulamenta os registros públicos, e continua sendo objetivada dentro do atual sistema *sumário* do rito processual. Diz esse dispositivo que, quando se tratar de correção de erros de grafia e entender o juiz que o pedido exige maior indagação, ou sendo impugnado pelo órgão do Ministério Público, *mandará distribuir os autos a um dos cartórios da circunscrição. Caso em que se processará a retificação, com assistência de advogado, observado o rito sumaríssimo.*

À primeira vista, parece que a alusão ao rito sumaríssimo, hoje sumário, quer significar que se trata do procedimento disciplinado pelos arts. 276 a 280, CPC.

Pedido de retificação, restauração ou suprimimento de assentamento do registro civil é de jurisdição voluntária, pois não nasce de um litígio nem comporta, conseqüentemente contraditório. Não há partes, o requerente é simples interessado. Não se litiga contra ninguém.

5. INDISPONIBILIDADE DO PROCEDIMENTO

É sabido que, no tocante à utilização dos ritos processuais, impera o princípio da infungibilidade.

As normas processuais, por serem de direito público, são por natureza, cogentes, inderrogáveis, portanto, pela vontade das partes, *que não poderão dispor quanto a elas nem subtrair-se às suas consequências*. Sua observância é obrigatória, não só às partes como aos órgãos jurisdicionais (Amaral Santos, p. 24).

Excepcionalmente se admite a derogabilidade de algumas normas processuais, atendendo-se a que o processo existe, também, para possibilitar a tutela de interesses privados. Será preciso, todavia, que haja disposição expressa autorizativa da derogabilidade, de que são exemplos os arts. 111 e 165, do Código.

Não é o que ocorre com a adoção dos procedimentos.

Embora preveja a aplicação subsidiária do procedimento ordinário ao sumário, o Código não contém disposição alguma que autorize empregar-se o ordinário no lugar do sumário. Ao contrário, tem tonalidade imperativa a redação do *caput* do art. 275: *observar-se-á o procedimento sumário*, não amparando a veleidade de optar o autor pelo ordinário, a pretexto de possibilitar maior amplitude de ação ao réu, que estaria sendo beneficiado, em lugar de sofrer prejuízo.

É um falso raciocínio este, pois a maior duração de uma demanda costuma implicar em danos maiores do que uma pronta sentença condenatória. O réu do processo, o qual muitas vezes lhe traz sérios embaraços, dificultando-lhe a obtenção de financiamentos, a realização de contratos com entidades públicas, etc.

Ainda que houvesse consenso das partes, não se poderia substituir um procedimento por outro, porque a adoção de um determinado rito atende a relevantes interesses de ordem pública, seja o da mais rápida prestação jurisdicional, seja de consideração à natureza especial de certas lides. Se a tal lei determinou um tipo

de procedimento para certo tipo de ação, fê-lo porque considerou o mais adequado e eficiente à prestação jurisdicional pleiteada pelas partes.

Se a petição inicial não observa a norma legal quanto ao procedimento, poderá ser indeferida, na forma do art. 295 n° V, se não puder o juiz determinar a conversão do rito próprio, em obediência ao princípio da economia processual e à autorização contida no mesmo inciso, como também no art. 284, do Código de Processo. Estará, ainda, coerente com os preceitos do art. 250 e seu parágrafo: o erro de forma do processo acarreta unicamente a anulação dos atos que não podem ser aproveitados, devendo praticar-se os que forem necessários, a fim de se observarem, quanto possível, as prescrições legais e aproveitando-se os atos praticados, desde que deles não resulte prejuízo à defesa.

É preciso, porém, que não se transforme uma situação excepcional, de emergência, em costume, para se admitir, sempre a conversão, porque levaria ao abandono de preceitos legais expresso com sacrifício do direito das partes, que depende também da obediência às formas processuais.

É uma situação diversa prevista no art. 272, parágrafo único, do Código, o qual trata da cumulação de pedidos, que se admitirá, quando forem diferentes os procedimentos para empregar o autor o procedimento ordinário. Assim, se para um deles o código estabelecer o sumário, poderá o processo seguir o ordinário, cabível para o outro pedido.

Porém, como observa José Carlos Barbosa Moreira, se para todos eles a lei punir o *sumaríssimo*, a conversão não será possível, salvo se a soma dos pedidos cumulados, ultrapassar o teto do inc. I, do art. 275, e não ocorrer fundamento *ratione materiae* para a observância do rito *sumaríssimo* (p. 159).

Há opiniões em contrário, como a de Wellington Moreira Pimentel, que admite a opção, *por isso que domina no Código o princípio da ordinariedade* (p. 60), e Frederico Marques, que aceita tranqüilamente a opção do autor, pelo procedimento ordinário, salvo os casos de procedimento legal infungível, por ser de rito mais amplo, admitindo até mesmo cobrar título executivo

extrajudicial pelas vias ordinárias, só não concordando com a conversão contrária, isto é, do ordinário ou especial em *sumaríssimo* (p. 132).

Dentre outros autores, manifestam-se contra a opção pelo rito ordinário Adroaldo Furtado Fabrício (ob. cit., p. 50), que lhe opõe argumentos respeitáveis e Jorge de Miranda Magalhães (pp. 9/10), para quem o princípio da conversão deve-se entender aplicável à impropriedade da forma, não se referindo à ação.

Moniz de Aragão admite a conversão, para a qual não encontra maiores dificuldades, salvo quando o *erro quanto à forma do processo resultar em prejuízo à defesa do réu ou em diminuição de suas garantias, como se exprimiu o legislador português, ou nos casos em que o procedimento escolhido, além de não ser o indicado, restringir o direito do réu à produção da prova* (p. 319).

O abalizado J.J. Calmon de passos, entretanto, pende para a tese da indisponibilidade, como se lê em seu comentário ao Código de Processo, *in verbis*:

E se o procedimento previsto era o sumaríssimo e o autor escolheu o rito ordinário? O Reg. 737 (art. 245) permitia o acordo das partes para a adoção do rito sumaríssimo, ainda que não fosse o legalmente previsto para a espécie. Posteriormente, afirmou-se essa possibilidade, mesmo sem texto expresso com apoio na liberdade de contratos (Arq. Jud. nº 20). Conseqüentemente, nenhum obstáculo havia para que se adotasse também o rito ordinário em lugar do sumário, se acorde o réu (acordo tácito), uma vez que da mudança de rito, só benefícios para ele decorreriam, indo-se ao extremo, inclusive, de afirmar a falta de interesse do réu em argüir a impropriedade do procedimento, dada a vontade apontada. O argumento vale coisa nenhuma, hoje em dia. Retirada a faculdade de as partes pactuarem quanto à adoção do rito sumaríssimo, não há por que se invocar a autonomia da vontade privada. Processo é direito público e a forma de procedimento não é posta no interesse das partes, mas tendo em vista o interesse da justiça do processo. Por conseguinte, é dever do juiz, de ofício, corrigir a impropriedade do

procedimento adotado, o que é possível, determinando a citação do réu para comparecer à audiência e nela defender-se e não lhe deferindo prazo para resposta em 15 dias (pp. 220/221).

Magistrados de todo o país, reunidos em Curitiba, em outubro de 1974, em um simpósio de discussão das divergências que vinham surgindo na aplicação do Código, decidiram por maioria que *não se pode optar pelo procedimento ordinário quando a causa estiver prevista no art. 275. Não é possível a fungibilidade do rito* (Conclusão nº 15).

A Jurisprudência ainda não se definiu, oscilando entre um entendimento e outro, parecendo, todavia possível, afirmado o princípio da infungibilidade do rito, admitir, em casos concretos, a conversão do ordinário em *sumaríssimo* ou a correção do rito impropriamente adotado, desde que não demonstre prejuízo para qualquer das partes.

No entanto, ainda encontramos divergência nos tribunais a respeito, até mesmo entre Câmaras de uma mesma Corte de Justiça, como exemplifica Theotônio Negrão, no seu Código de Processo Civil:

1º É perfeitamente possível ao beneficiário de uma ação sumaríssima optar pela ordinária, seja porque propicia mais ampla defesa ao réu, seja porque nenhum prejuízo disso decorre para o autor (5ª Câmara Cível do TJSP, p. 571).

2º Se a Lei prevê o procedimento sumaríssimo para determinada ação, à parte não é lícito escolher o procedimento ordinário (6ª Câmara Cível do TJSP, p. 572).

Finalmente, parece-me ocioso abordar o problema nascido de processos de rito ordinário pendentes ao entrar em vigor e alteração do art. 275 do Código, uma vez que o interesse versa tão-somente no procedimento ao ser adotado pela Jurisprudência, de acordo com a nova nomenclatura.

6 ALGUMAS QUESTÕES PRÁTICAS

Com a transformação do rito *sumaríssimo em sumário*, não vislumbramos uma modificação profunda no futuro, vez que, dada a simplicidade da sua disciplina, que chega a parecer lacunosa, o procedimento sumaríssimo tem ensejado intermináveis dúvidas, que não se modificarão com a aplicação do sumário pois tratarão de problemas que nem sempre encontrarão solução plenamente satisfatória, como acontece no advento do sumaríssimo, para quantos com ele estão a lidar.

Como esses problemas são variados e em bom número, serão aqui abordados apenas alguns deles.

6.1 A PETIÇÃO INICIAL

Devendo atender, em sua estrutura formal, às exigências do art. 282, a petição inicial incluirá o rol de testemunhas e os documentos que tiver o autor.

A ausência do rol de testemunhas não deve levar a imediato indeferimento da inicial, por isso é que pode o juiz valer-se da faculdade do art. 284, para determinar ao autor que a completemos sempre antes da citação do réu.

É sabido que não existe despacho ou decisão saneadora no procedimento sumário, porém não deixará o juiz de exercer a sua atividade de saneamento dos vícios do processo para pô-lo em condições de constituição e desenvolvimento válido. Assim, ao despachar a inicial, já examinará se ocorrem os requisitos fundamentais para a instauração do processo, condições da ação e pressupostos processuais. Como não existe uma fase determinada de saneamento, essa tarefa do juiz continuará durante a audiência, de ofício ou por provocação do réu em sua defesa. Assim, argüindo este qualquer dos prejudiciais enumerados no art. 301, ou alguns dos fatos mencionados no art. 326, o juiz propiciará ao autor oportunidade para se manifestar, de imediato ou em prazo que lhe concederá. Em certos casos, terá de suspender a audiência, mas, via de regra, o autor falará imediatamente ou pedirá prazo

sem prejuízo da imediata produção de provas, o que anulará eventuais manobras protelatórias do réu.

Será absolutamente tardia a produção de prova documental pelo autor em plena audiência, pela surpresa que constituirá para o réu e em face da disposição expressa do art. 276, salvo exceções admitidas na lei processual, arts. 397 e 399.

Não convirá ao autor apresentar documentos em audiência, porque, devendo ser concedido ao réu o prazo de cinco dias sobre ele se pronunciar, será inevitável a suspensão daquele ato.

6.2 A TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO

O réu será citado para a ação e para comparecer à audiência, quando se realizará a tentativa de conciliação. Se tiver sido pedido o seu depoimento pessoal, será intimado para prestá-lo devendo constar do mandado a advertência do art. 343 § 1º, de que se presumirão confessados os fatos contra ele alegados, caso não compareça, ou, comparecendo, recusar-se à defesa.

Há, pois, necessidade de que o mandado seja bem explícito quanto às finalidades da presença do réu, se apenas para participar da tentativa de Conciliação ou se também para prestar depoimento pessoal. Se o mandado não atender aos preceitos do citado § 1º do art. 343, mesmo que o réu compareça, não estará obrigado a depor.

Tem-se entendido que a intimação para a tentativa de Conciliação deve ser pessoal, tanto ao réu quanto ao autor, porém, se qualquer deles não comparecer mas se fizer representar por advogado armado de poderes para transigir, poderá fazer-se validamente a tentativa.

Por outro lado, a ausência de qualquer das partes e de seu advogado não importará em maior prejuízo para o curso do processo, implicando a presunção de que se nega à Conciliação, mas, desde que tenha sido pessoalmente intimada.

É de se aduzir que obrigatória é a intimação, e não o comparecimento das partes. Não comparecendo essas, o juiz dará

por prejudicada a Conciliação, prosseguindo na audiência, nada impedindo que o advogado represente a parte também para os fins de Conciliação, desde que tenha poderes para transigir.

6.3 OS PRAZOS

Conflitando com a preocupação do Código de Processo de uniformizar, tanto quanto possível os prazos, são eles variáveis no curso do procedimento sumário.

De 30 dias é o que deve mediar entre a audiência e a citação, contando-se as normas do art. 241, sendo que o réu deve ser citado com antecedência mínima de 10 dias; de 48 horas, também em relação à audiência, para o réu arrolar testemunhas; de 10 dias para o juiz proferir a sentença; de 90 dias para todo o seu curso em primeira instância; e de 40 para o julgamento dos recursos em segunda. No entanto, é de salientar que estes prazos nunca são cumpridos, em relação aos juízes e principalmente aos tribunais.

Se a audiência for designada para uma segunda ou terça-feira poderão surgir dificuldades para sua realização, se o réu depositar o rol das testemunhas nos últimos momentos do prazo legal, pois não haverá tempo suficiente para a sua intimação, já que o prazo se esgotará na sexta-feira anterior. E a audiência será adiada.

A consideração de que, no sumaríssimo, por sua natureza, as testemunhas devem ser trazidas pelas partes, aprovada no Simpósio de Curitiba, é igualmente desprovida de fundamento legal. Não é lícito obrigar-se o réu a tal esforço, porque importará, muitas vezes, devido à má vontade das testemunhas, em impedir-lhe a produção dessa prova.

O Código determina hoje que as exceções devem ser argüidas e apreciadas antes da audiência. É o que trata o Simpósio Concl. XVII. *A exceção de incompetência, no procedimento sumaríssimo, deve ser deduzida na audiência, oralmente ou por escrito* (RF 252/18, por grande maioria).

No entanto, a decisão pode ser levada para a audiência de instrução e julgamento, que será designada num prazo não excedente a 30 dias (inteligência do art. 278, § 2º, CPC).

Curiosamente, foi aumentado para 15 dias o prazo para a apelação da sentença proferida em ação sumária, acompanhando a anterior (sumaríssima), enquanto que o prazo para a sua prolação é de 10 dias.

6.4 O DEBATE ORAL

O Código continuou mantendo o debate oral para processo sumário, como o fazia no *sumaríssimo*, portanto, ainda continuam as controvérsias em relação aos comentaristas e a jurisprudência, no entanto, com a nova redação dada ao art. 280, pela Lei nº 9.245/95, passamos a encontrar, ao nosso ver, uma fórmula mais célere ao procedimento, vez que a dilação dos prazos vieram facilitar mais o andamento da ação e libertar mais o juiz ao julgar a lide, haja vista que este pode extinguir o processo já de pronto, o que não ocorria antes.

6.5 – RECONVENÇÃO E AÇÃO DECLARATÓRIA INCIDENTAL

A única restrição que a lei faz à admissibilidade da reconvenção é exatamente quanto ao procedimento sumário, no art. 315, parágrafo único, quando manteve a proibição do réu reconvir, em seu próprio nome, quando demandava em nome de outrem.

Não fosse a faculdade do juiz de julgar as questões incidentais, antes mesmo da audiência, entenderíamos que o legislador ao modificar o enunciado do art. 315, provocaria uma mudança no rito do processo, mandando o mesmo para o rito ordinário, o que, aliás, não está descartado, vez que a reconvenção é um processo à parte, o que pode gerar, conforme o alegado, numa instrução processual longa.

No entanto, alguns autores já admitiam a reconvenção no sumaríssimo.

A exemplo, observa J.J. Calmon de Passos *que, num procedimento ordinário se ofereça reconvenção para a qual se previu o procedimento sumaríssimo. É lícito à parte renunciar o procedimento mais expedido em favor do procedimento ordinário (princípio do art. 292, § 2º), se essa renúncia atende ao princípio da economia processual. Sua admissibilidade para a cumulação de pedidos autoriza estendê-los à admissibilidade da reconvenção* (p. 322).

Tem-se debatido a admissibilidade do pedido de declaração incidente no procedimento sumário, e, a meu ver, tal debate vai se prolongar por longas e longas jurisprudências e tratados, apesar de, na sua inteligência, o art. 280, CPC, no seu inc. I, regulamentar as condições em que se admitiriam as declarações incidentais no processo sumário.

Coadunamos com o Douto prof. Celso Agrícola Barbi (pp. 109/110), para quem a sua admissibilidade não importará em acréscimo ponderável de atividade processual. Diz ele: *Se a lei permite defesa que possa constituir questão prejudicial, não vemos como vedar o requerimento de declaração incidente sobre ela, pois o campo de atuação do juiz será o mesmo, variando apenas seu tipo de conclusão: no caso de não requerida a declaração, o juiz apenas conhece da questão judicial; no caso de o ser, ele decide sobre ela, com força de coisa julgada, nos termos do art. 470.*

Por outro lado, Adroaldo Fabrício (p. 48) e Ada Pellegrini Grinover (p. 68), põem-se frontalmente contra a declaração de incidente no Processo Sumaríssimo, hoje sumário.

Não vemos como se vedou o pedido de declaração de incidente que a lei não proíbe, apenas regulamenta (art. 280, I), a pretexto, truncado por incidentes de toda ordem (precatórias, prova pericial, intervenção de terceiros, etc.), ou para não frustrar a proibição da reconvenção. Caberá ao juiz velar para que o réu não tente aduzir um pedido meramente convencional, conexo com o autor, com um de declaração de incidente.

6.6 INTERVENÇÃO DE TERCEIRO

O art. 280 do Código não admite a intervenção de terceiros no procedimento sumário, ressaltando, porém, algumas exceções; no entanto, a prática, muitas das vezes admite a intervenção, como a assistência e a oposição, que podem trazer particular embaraço ao andamento do processo, entretanto, não são recusáveis pelo juiz sem razão ponderável.

Deixamos de analisar uma a uma para não alongarmos estas considerações, que muito já se estendem.

6.7 EXCEÇÕES PROCESSUAIS

O Código se manteve omissos quanto às disposições de admissibilidade das exceções processuais, quando do rito sumaríssimo, em relação ao atual sumário, entretanto, não se há de concluir que ao réu seja defeso o seu uso, cujo momento próprio é o da apresentação da contestação, isto é, em audiência (arts. 278 e 280, III).

Não é despicienda a observação de que a exceção é uma defesa do réu contra o processo e, como defesa, deve ser oferecida simultaneamente com a que ele opõe ao mérito da causa.

Ao manter os preceitos do art. 307 CPC, em relação às condições em que se deve arguir a exceção de incompetência no sumário, o Código procurou adaptar as formalidades processuais concernentes ao oferecimento da exceção às peculiaridades do procedimento. Alguns tratadistas tendem a admitir a arguição oral da exceção de incompetência, ferindo frontalmente os arts. 297 e 307, que prescrevem a forma escrita da petição de exceção. Não colhe a analogia com a defesa, que pode ser oral, mas expressamente autorizada pelo Código.

Não vemos em que se tornará difícil ao excipiente, réu ou autor, formular a exceção por escrito, do que, de resto, haverá benefício para o procedimento, pois deve ser autuado em apenso.

Argüida a exceção, o processo principal ficará suspenso até decisão que nela venha a ser proferida, o que em muito contrariará a desejada celeridade do procedimento.

7. CONCLUSÃO

Como se percebe, não são poucas as questões que a prática do procedimento sumário nos desperta, criando situações, às vezes, de perplexidade, para as quais juízes e advogados nem sempre conseguem encontrar soluções satisfatórias.

Nesta superficial abordagem de aspectos polêmicos do procedimento sumário, nosso propósito não foi outro que o de destacar as dificuldades que vimos experimentando no seu trato, expondo as idéias dos abalizados juristas, que dissecaram os mais *variados ângulos do procedimento sumaríssimo, e que, com certeza, abrirão, assim, um campo maior para novas e, certamente, proveitosas discussões em torno do procedimento sumário.*